

Agricultura de Pequena Escala em Moçambique: Oportunidade de reformas fiscais e comerciais para dinamização da produção de pequena escala



Contexto

Agricultura é amplamente reconhecida como sendo o sector que mais se destaca em termos de contribuição na economia Moçambicana, com uma participação na ordem de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e com mais de 80% da força laboral centrada neste sector, colocando-se como principal actividade económica na garantia da subsistência da população no meio

rural e parte do meio urbano. Outrossim, à luz da Constituição da República, a agricultura é a base do desenvolvimento de Moçambique. Estas e outras características fizeram com que o desenvolvimento da agricultura ocupasse ao longo dos anos um lugar central nos planos e programas de governação e de desenvolvimento do país. Contudo, os ganhos do crescimento e da expansão do sector pouco



A agricultura é amplamente reconhecida como sendo o sector que mais se destaca em termos de contribuição na economia Moçambicana, com uma participação na ordem de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e com mais de 80% da força laboral centrada neste sector, colocando-se como principal actividade económica na garantia da subsistência da população no meio rural e parte do meio urbano. Outrossim, à luz da Constituição da República, a agricultura é a base do desenvolvimento de Moçambique.





se fizeram reflectir no desenvolvimento das forças produtivas (os agricultores de pequena escala) e do meio rural, em geral. O padrão de crescimento e da estrutura do sector traduziu-se em poucos ganhos no aumento da produção e produtividade dos agricultores, sobretudo do “sector familiar”, oficialmente anunciado como o centro da política agrária.

Os desfavoráveis indicadores no sector registam-se num cenário de vários esforços efectuados pelo governo ao longo dos anos, na maioria de natureza orçamental e fiscal, desde a Declaração de Maputo, assinada em 2003¹, embora não devidamente implementada², , mais recentemente, com as medidas implementadas no âmbito do pacote de aceleração económica, em que se verificou uma redução do IRPC da agricultura de 32% para 10%, a eliminação dos direitos aduaneiros na importação de insumos agrícolas e a criação de um fundo de garantia mútua que visa galvanizar a agricultura. A nível

programático, o MADER (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural) já implementou vários projectos, desde o ProSAVANA, PROCAVA, PEDSA³, os sucessivos PARPAS⁴ e agora o SUSTENTA, mas os desafios do sector ainda persistem, principalmente a nível da produtividade dos pequenos agricultores, ilustrado pela sua precariedade, comparando com os outros países da região, o que perpetua cada vez mais o nível de pobreza e subdesenvolvimento.

É neste contexto que o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com a OXFAM Moçambique, a Associação de apoio ao Desenvolvimento (NANA) e o Governo do Reino dos Países Baixos, no âmbito do Power of Voices Partnership (PVP) e Fair for All (F4A), realizou uma conferência nacional em Maputo no dia 24 de Outubro de 2023, nas instalações do Kaya Kwanga, subordinada ao tema “Agricultura de Pequena Escala em Moçambique: *Desafios e Oportunidades*”.

¹ Que tinha por objectivo atingir um crescimento anual de pelo menos 6 por cento no sector agrícola. E, para tal, os chefes de estado comprometeram-se a destinar 10 por cento dos respectivos orçamentos nacionais ao desenvolvimento do sector, com prioridade nos pilares de gestão sustentável das terras e dos recursos hídricos, acesso a infraestruturas, mercados rurais, segurança alimentar e investigação agrícola (UA/NPDA, 2003).

² Ver em Despesas públicas na agricultura em Moçambique (Mogues et al, 2015).

³ Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário

⁴ Planos de Acção para a Redução da Pobreza



“Não há direitos humanos enquanto as pessoas sofrerem por fome, particularmente se esta fome é crónica e afecta as crianças” – Prof. Adriano Nuvunga

Para se levantar o debate em relação à democracia, em relação aos direitos humanos, e em relação à participação dos jovens, até mesmo de crianças no desenvolvimento sustentável de Moçambique, é necessário primeiro levantar, discutir e ultrapassar os problemas relativos a alimentação e a desnutri-

ção crónica, defendeu o Director Executivo do CDD, Prof. Adriano Nuvunga. Mais do que isso, o *chairperson* do CDD disse entender que o direito à alimentação estava acima de todos os direitos, na medida em que ele leva ao provimento de outros direitos (Vida, Saúde, Protecção).

“Há um debate enviesado sobre agricultura em Moçambique para atender interesses de uma classe de indivíduos que se beneficiam com as importações” – Prof. Adriano Nuvunga

No seu discurso inaugural, relativo a abertura oficial do evento, o Prof. Adriano Nuvunga falou da marginalização da agricultura apesar da sua relevância para o desenvolvimento de Moçambique.

“Desde o término da guerra civil, os vários governos que passaram, de quinquénio em quinquénio, colocam nos seus planos a agricultura como sendo

prioritária, contudo a agricultura vem sendo sistematicamente negligenciada.” O Prof. Adriano Nuvunga falou ainda da falta de transparência, um enviesamento, e da existência de uma desorganização organizada no debate nacional sobre a agricultura para atender os interesses de um grupo de pessoas que se beneficiam das importações de produtos

em resultado da incapacidade interna de produção.

Daí, no entender do CDD e seus parceiros, a relevância de promover um debate sério e inclusivo, mas, acima de tudo, promotor de soluções devidamente válidas para formação de cadeias de valor que melhorem a produtividade da agricultura, principalmente da agricultura de pequena escala, a mais vulnerável.

O Prof. Adriano Nuvunga terminou por apresentar exemplos de países Asiáticos que, apesar das adversidades, desenvolveram a sua agricultura. No seu entender, não faz sentido que com o potencial

em termos de terra, de capacidade de irrigação e de capital humano jovem que Moçambique tem, o país não desenvolva a sua agricultura.

O evento contou com dois painéis. O primeiro discutiu os principais desafios enfrentados pela agricultura de pequena escala em Moçambique. A falta de redes comerciais, acesso limitado aos serviços de extensão agrícola, infraestruturas de transporte insuficientes, incentivos distorcidos, falta de acesso à tecnologia e excessiva burocracia nos processos de formalização, segundo os especialistas do sector, encontram-se no topo da lista dos principais desafios.

“Moçambique explora menos de 20% dos 30 milhões de hectares de terra arável” – Helton Leonardo (economista)



O economista Helton Leonardo, em representação da AMECON (Associação Moçambicana de Economistas), fez parte da discussão no primeiro painel, como um dos oradores principais, onde defendeu não fazer sentido que o país ainda explore abaixo de 20% da terra arável disponível para a prática da agricultura, enquanto se registam problemas relativos à desnutrição crónica em algumas regiões do país.

“Nós temos mais de 30 milhões de hectares para o cultivo no país e estamos a explorar menos de 20%

deste sector, ou seja, em torno de 5,5 milhões de hectares. Isso significa que nós ainda não exploramos a nossa terra e a maior parte desta exploração tem sido praticada de forma manual”, referiu Helton Leonardo.

Helton Leonardo ainda fez críticas relativas ao baixo investimento público para agricultura, evidenciado pelos números do orçamento do estado, apesar da sua elevada contribuição para Produto Interno Bruto (PIB).

“A agricultura em Moçambique contribui em mé-

dia com 23% para o PIB, mas o orçamento do Estado para o investimento neste sector tem sido ínfimo, ou seja, em torno de quatro por cento, o que significa que menos de 20% do contributo deste sector não tem sido investido no mesmo”, afirmou.

Na sua intervenção, o painelista destacou igualmente os desafios enfrentados pelos agricultores, principalmente os de pequena escala, desde a questão das vias de acesso, dificuldade de inserção no mercado, falta de insumos condignos, mas a sua principal constatação se cingiu nas implicações da falta de apoio técnico, através do papel dos extensionistas.

“Um dos principais desafios de que eu posso fa-

zer aqui menção é a ajuda técnica e metodológica, mesmo depois da independência: dos vários projectos, das várias políticas que foram implementadas, o sector da agricultura permanece estático, ou seja, os níveis de produtividade deste sector são baixos, os pequenos produtores precisam de insumos e um apoio geral a nível de logística”, apontou.

Helton Leonardo terminou por recordar que a agricultura só se tornaria a base do desenvolvimento de Moçambique, quando o país der a devida relevância e atenção ao sector através de medidas sérias, adequadas e sustentáveis, o que não é evidente actualmente.

“Incumprimento de “contratos” coloca em causa o funcionamento normal da cadeia de valores: experiência da Zambézia” – António Jequecen (Coordenador de campo na NANA)

Falando na qualidade de um dos oradores principais no primeiro painel, relativo ao “Mapeamento dos desafios dos pequenos agricultores em Moçambique”, António Jequecen falou das dificuldades que os pequenos agricultores sofrem por não terem contratos formais, o que leva ao bloqueio de parte dos seus negócios, dando perdas significativas à sua planificação.

“Muitas vezes os pequenos agricultores se deparam com situações nas quais firmam parcerias com os potenciais compradores a grosso, eles colhem e organizam a produção, contudo, do dia para a noite

o comprador desiste do produto, porque acredita que tem um sítio onde pode comprar a um preço mais baixo”, afirmou Jequecen, destacando as perdas que os pequenos produtores têm no âmbito da cadeia de valor de produção de pequena escala, quando os contratos não são devidamente concretizados.

Jequecen ainda falou dos problemas das mudanças climáticas no desenvolvimento da agricultura, tendo dado o exemplo da situação vivida nas últimas duas campanhas agrícolas, onde os produtores se sentiram bastante afectados devido aos ciclones.



“Moçambique deve apostar urgentemente em reformas fiscais que simplifiquem os processos desde a formalização até ao pagamento, de modo a dinamizar a agricultura de pequena escala no país” – Pedro Pota (Director do CEEG da Faculdade de Economia da UEM)



O segundo painel foi dominado por reflexões em torno da tributação da agricultura, uma questão considerada crucial para a sustentabilidade das actividades dos pequenos agricultores. Conforme argumentou Pedro Pota, Director do Centro de Estudos de Economia e de Gestão da UEM (CEEG-UEM), o sector agrícola precisa de reformas fiscais urgentes, pois a excessiva carga fiscal tem sido penalizadora à actividade dos pequenos agricultores. A elevada taxa liberatória do sector representa, no seu entender, um dos principais obstáculos fiscais que afectam fortemente os pequenos agricultores em Moçambique.

“A resolução destas questões assume uma importância crítica na protecção do rendimento de milhões de agricultores e na preservação da produção agrícola local” – defendeu.

A negligência em abordar estas problemáticas a curto prazo pode precipitar uma acentuada quebra de participação de pequenos agricultores no mercado e, em última análise, pode levar à importação de produtos agrícolas pelo facto de ser mais van-

tajosa para as empresas relativamente à aquisição junto dos agricultores locais devido ao ónus de realizar transacções com agricultores não registados formalmente.

As consequências das falhas em abordar os desafios prevaletentes já são evidentes. Por exemplo, existem relatos de exportação de milho para o Malawi, onde as transacções obedecem a uma documentação adequada, seguindo-se a reimportação para Moçambique. Este cenário decorre da impossibilidade de os compradores adquirirem produtos de agricultores não registados sem incorrer em substanciais encargos fiscais, nomeadamente a taxa liberatória de 20%, o IRPC de 32% e as multas, que encarecem os custos de transacção em 67%.

Pota e outros actores presentes na conferência, em sede do debate aberto, continuamente ressaltaram as redes comerciais, o acesso limitado aos serviços de extensão agrícola, as infraestruturas de transporte insuficientes, os incentivos distorcidos, a falta de acesso à tecnologia e a excessiva burocracia

cia nos processos de formalização como sendo os principais retrocessores da agricultura em Moçambique; os referidos desafios são ainda exacerbados pela actual situação de falta de continuidade nas políticas e programas voltados para o sector, o que leva à marginalização da agricultura de pequena escala no país.

Do evento foi lançada a primeira pedra para a construção deste grande debate que transcende

todas as fronteiras sociais, seguindo-se outras diversas actividades que o CDD e outros parceiros continuarão a realizar; desde webinars, artigos até vídeos, entre outras formas de advocacia, como a difusão de vídeos e outras propagandas nos *social media*, mas o fim é único e permanece claro: criar condições para o desenvolvimento da agricultura de pequena escala em Moçambique, promovendo cada vez mais os direitos humanos.





Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

